

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

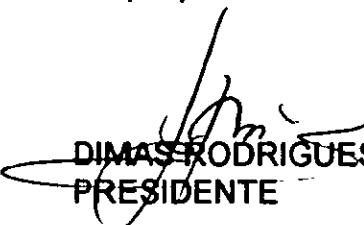
Processo nº. : 13421.000141/96-75
Recurso nº. : 117.793
Matéria : IRPF - Exs.: 1994 e 1996
Recorrente : MARIA DE LOURDES BENTO VIEIRA
Recorrida : DRJ em RECIFE - PE
Sessão de : 14 DE ABRIL DE 1999
Acórdão nº. : 106-10.749

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – COMPETÊNCIA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - É defeso a este Conselho decidir sobre matéria atinente à cobrança do crédito tributário confessado e pago, visto que sua competência é restrita ao controle da legalidade do ato administrativo do lançamento.

Recurso Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MARIA DE LOURDES BENTO VIEIRA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


**DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE**


**LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES
RELATOR**

FORMALIZADO EM: 17 MAI 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SUELI EFIGÉNIA MENDES DE BRITTO, ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO, THAISA JANSEN PEREIRA, ROMEU BUENO DE CAMARGO, RICARDO BAPTISTA CARNEIRO LEÃO e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.

mf



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13421.000141/96-75

Acórdão nº. : 106-10.749

Recurso nº. : 117.793

Recorrente : MARIA DE LOURDES BENTO VIEIRA

R E L A T Ó R I O

MARIA DE LOURDES BENTO VIEIRA, já qualificada nos autos, foi autuada por infrações à legislação do imposto de renda, exercícios de 1994 e 1996, de que resultou crédito tributário (IRPF, multa de ofício, multa por atraso na entrega da declaração e demais acréscimos legais) no valor e pelos fundamentos legais descritos na peça preambular. A fls 08, a matéria tributável é descrita como omissão de rendimentos, tendo em vista variação patrimonial a descoberto, em que foi considerada sinais exteriores de riqueza e renda consumida a aquisição do veículo identificado no auto de infração e omissão de recolhimento do carnê leão, tendo em vista rendimentos percebidos de pessoa física por prestação de serviços de transporte.

Em sua impugnação (fls. 50), a autuada alegou, com relação à variação patrimonial a descoberto, que o fisco não considerou na sua apuração a renda de seu cônjuge, o fato de os bens de um casal em regime de comunhão parcial serem adquiridos em conjunto, citando orientação do Perguntas e Respostas da SRF, e de que um simples erro, sem consequências lesivas aos cofres públicos, não pode lhe acarretar tal ônus, citando a legislação de regência, jurisprudência administrativa e doutrina.

Quanto à omissão de rendimentos por serviços de transporte, alega que o crédito não pode ser exigido no próprio ano-calendário em que ocorreram os fatos geradores, amparado nos arts. 438 e 890 do RIR/94.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13421.000141/96-75
Acórdão nº. : 106-10.749

O Delegado de Julgamento de Recife julgou procedente em parte o lançamento, aceitando os argumentos do impugnante com relação à variação patrimonial a descoberto, que se refletiu na exigência de multa por atraso na entrega da declaração, também afastada, e mantendo a exigência com relação à omissão de rendimentos por serviços de transporte com base no arts. 1º, 2º e 3º, § 4º da Lei nº 7.713/88 e art. 117, § 5º, do RIR/94. Reduziu, ainda, a multa de ofício ao percentual de 75%, face ao disposto no art. 44, inciso I, da Lei nº 9.430/96, combinado com o art. 106, inciso II, letra c, do CTN.

Devidamente garantida a instância por depósito em dinheiro (fls. 100), vem a autuada com o recurso de fls.85 em que, ademais de reiterar os argumentos expendidos na impugnação, informa, com documentos, que apresentou tempestiva declaração de ajuste no exercício de 1997 e, retroagindo à data de vencimento do carnê leão, recolheu o imposto apurado na declaração acrescido de multa de 20% e juros de mora e, por conseguinte, entende que, recolhido o crédito, não pode ser mantida a exigência, embora reconheça devida a diferença de multa (55%).

É o relatório.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13421.000141/96-75
Acórdão nº. : 106-10.749

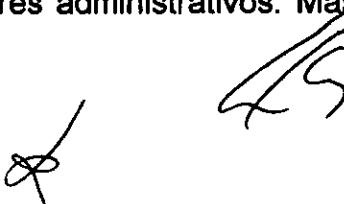
V O T O

Conselheiro LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, Relator

Conheço do recurso, por preenchidas as condições de admissibilidade. Como vimos no relatório, o Recorrente alega perante esta instância haver pago o imposto de renda referente a fatos geradores ocorridos no ano-calendário de 1996 (carnê leão) e o fez em seguida a apresentação da declaração de ajuste do exercício de 1997, tudo conforme documentos que anexa. Todos esses atos foram praticados após a lavratura do auto de infração, portanto, no curso da presente lide fiscal.

Tenho para mim que é defeso a este Conselho decidir sobre matéria atinente à cobrança do crédito tributário, visto que sua competência é restrita ao controle da legalidade do ato administrativo do lançamento. Com efeito, no âmbito administrativo fiscal não encontramos a dicotomia processo de conhecimento-processo de execução, ambos sob a direção de um juiz, que é própria do contencioso judicial (cível, penal, trabalhista). O Decreto nº 70.235/72 e legislação subsequente separam nitidamente as competências dos órgãos julgadores e dos órgãos executores, conferindo competência para cobrança administrativa, dita amigável, às projeções da Secretaria da Receita Federal, que, no particular, seguirão pelas regras fixadas nos art. 157 a 163 do CTN.

Diversa seria a situação se o pagamento apontado houvesse ocorrido anteriormente ao lançamento, pois aí haveria impedimento legal à prática do ato, que não poderia ser ignorado pelos julgadores administrativos. Mas, como



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13421.000141/96-75
Acórdão nº. : 106-10.749

vimos, tanto o pagamento, como a adjeta declaração de ajuste, foram produzidos no curso do processo e seus efeitos não comprometem o lançamento enquanto ato jurídico perfeito, pois presentes os requisitos de capacidade do agente, objeto lícito e forma prevista em lei.

Nessas condições, não compete a esta Câmara manifestar-se sobre os cálculos apresentados pelo Recorrente, questionando a correção do quanto devido a título de imposto e multa. Tem-se aí, na expressão de LIEBMAN, atividade *prevalentemente prática e material*. Tampouco nos cabe apreciar os argumentos expendidos na impugnação e aqui reiterados, posto que prejudicados pela expressa confissão do débito e o propósito de extinguí-lo pelo pagamento.

Tais as razões, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 14 de abril de 1999


LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES